

A CIDADE: SUA DISTÂNCIA DA NATUREZA¹

The city: its distance from nature

Yi-Fu Tuan²

RESUMO

As cidades são artefatos e mundos artificiais organizadas à distâncias variáveis segundo sua proximidade com a natureza. Elas podem ser dispostas ao longo de uma escala organizada segundo critérios físicos de 1) rompimento com os laços agrícolas, 2) domesticação do inverno, e 3) conquista da noite. As cidades da antiguidade, apesar de suas fachadas monumentais, mantinham laços estreitos com o campo. A agricultura continuou sendo uma atividade importante nas cidades inglesas mesmo no auge da Revolução Industrial. Considerando que o campo ganha vida na estação quente, as metrópoles glamourosas florescem no inverno. O ritmo natural do dia e da noite, do trabalho e do descanso, é rompido na cidade, cujo status cultural é medido pelo vigor de sua vida noturna. A iluminação artificial, um recente triunfo tecnológico na longa história da cidade, transformou a noite em dia. As cidades diferem muito nos graus de ligação íntima com a natureza segundo os seus meios de subsistência.

Palavras-chave: Cidades. Natureza. Artefatos.

ABSTRACT

Cities are artifacts and worlds of artifice placed at varying distances from states close to nature. They can be arranged along a scale, using the physical criteria of 1) cutting agricultural ties, 2) civilizing winter, and 3) conquering night. Ancient cities, despite their monumental facades, had close ties with the countryside. Agriculture remained an important activity in English cities at the height of the Industrial Revolution. Whereas the country comes to life in the warm season, the glamorous metropolis blooms in winter. The natural rhythm of day and night, of work and rest, is disrupted in the city whose cultural status is measured by the vigor of its night life. Artificial lighting, a recent technological triumph in the long history of the city, can turn night into day. Cities differ greatly in their distance from livelihoods intimately tied to nature.

Keywords: Cities. Nature. Artifacts.

¹ Artigo originalmente publicado na revista *The Geographical Review*, v.68, n.1, p.1-12, jan. 1978, com o título "The city: its distance from nature". Traduzido por Werther Holzer e Dagmar Candido Arbex. **Geograficidade** agradece as editoras e ao autor pela autorização para a publicação desta tradução.

² Professor Emérito da Universidade de Wisconsin (EUA). webmaster@yifutuan.org.
✉ Department of Geography 550, North Park Street, 53706. Madison, Wisconsin, EUA.



Qual o caráter essencial da cidade? Muitos estudiosos têm tentado responder a essa questão, mas ainda não há um consenso. Alguns estão ansiosos para estabelecer uma medida estatística: de modo resumido, a cidade é um assentamento com um certo tamanho. Outros têm em mente um tipo ideal, aproximando-se, talvez, da pólis grega ou da cidade-Estado renascentista, onde os espaços urbanos são julgados de acordo com a sua proximidade com o tipo ideal. Assim o assentamento pode ser avaliado como sendo muito pequeno ou tendo como função principal a agricultura. Em contrapartida, a Roma imperial ou a metrópole moderna podem ser consideradas muito grandes e carentes de coerência física ou sociopolítica. Um terceiro grupo de estudiosos lê a frase “a natureza da cidade” e interpreta a palavra “natureza” como se viesse de “origem”. Para conhecer a natureza ou a essência da coisa – seja um drama trágico, uma religião ou uma cidade – é preciso se aprofundar na sua forma mais primitiva. Esse ponto de vista pode ser caracterizado como etimológico, porque tende a identificar o verdadeiro significado, o significado radical.³

É uma futilidade procurar uma definição para a cidade que tenha um significado universal. Nós fazemos diversos questionamentos e necessariamente chegamos a respostas diversas. Isso não quer dizer, no entanto, que todas as respostas serão igualmente arbitrárias ou reveladoras. Por exemplo, alguns estudiosos pensam que o critério estatístico, utilizado sozinho, é satisfatório. Por experiência sabemos que as cidades diferem no caráter e na intensidade de sua vida urbana. O problema está em concebê-la numa escala menos arbitrária. O que

³ No final do século XIX, uma revolução no pensamento fez o homem “voltar-se para a noção clássica de que a natureza essencial de um objeto é melhor compreendida quando estudada em sua perfeição ideal ou, pelo menos em seu pleno desenvolvimento, para a noção romântica essa natureza essencial deve ser procurada em sua forma primitiva.” (GARDNER, 1971, p. 31). Para a identificação de significados verdadeiros a partir de sua raiz, ver Tennyson (1976).

irei explorar aqui é a ideia de que as cidades são artefatos e mundos do artifício situados em distâncias variáveis entre a condição humana e a natureza. Eu parto do princípio de que a vida próxima à natureza é motivada pela produção de alimentos e pelos bens necessários para a sobrevivência, que estão próximos ao ritmo natural do dia e da noite e das estações.

Cidades também podem ser classificadas de acordo com o quanto se distanciam da vida no campo, com o ritmo da agricultura em seu pico de atividade, relacionado ao período cálido do ano ou ao ciclo de trabalho durante o dia e do sono à noite. Numa das extremidades da escala nós temos a vila subordinada à natureza, e na outra temos a cidade que não sabe como se alimenta, que se torna viva no inverno e que menospreza o curso diário do sol. Esses três critérios físicos são medidas convenientes para medir a distância que percorremos da natureza para o artifício.

CORTANDO O CORDÃO COM A AGRICULTURA

As línguas sumeriana e acadiana não fazem distinção entre vila e cidade: ambos os tipos de assentamento foram chamados de *uru* pelos sumérios e *ãlu* pelos acadianos. Esses termos são aplicados para quaisquer grupos de casas feitos de adobe. Um muro de cercamento era regra, mas não um pré-requisito. Garantir o suprimento de alimentos estava sempre na mente dos mesopotâmios, mesmo para aqueles que viviam no interior das muralhas. Uma típica cidade da Suméria incluía áreas cercadas de muros que continham o templo ou os templos, o palácio com as residências dos oficiais reais e as casas dos cidadãos. Ficamos, eventualmente, impressionados com esse núcleo monumental, esquecendo que estava próximo dos *uru.bar.ra*, a palavra sumeriana para “cidade exterior”. Esse arrabalde podia ser

A cidade: sua distância da natureza
Yi-Fu Tuan

protegido por uma muralha secundária ou por postos avançados, como os mencionados no período neobabilônico. Essa cidade exterior era um agrupamento de casas, fazendas, campos e jardins (OPPENHEIM, 1974, p. 115-116).

A cidade tradicional chinesa tinha um caráter rural distinto. Durante o período Han (260 a.C.–220 d.C.), a capital Ch'ang-an foi subdividida em 160 quarteirões. A palavra chinesa para “quarteirão” é *li*, que hoje nomeia a milha chinesa, assim como “aldeia” ou “vilarejo”. O uso da palavra *li* sugere que Ch'ang-an não era preenchida por ruas ou bairros edificadas, mas por grandes áreas muradas contendo campos, fazendas e aldeias (BALAZS, 1967, p. 68). Durante a dinastia T'ang (618 a.C.–907 d.C.), Ch'ang-an era uma metrópole imensa com uma população próxima a um milhão de pessoas. As ruas eram largas e ocupavam 19% de sua área. Cerca de um terço das terras ao sul da cidade murada era esparsamente ocupada, o que se dava sobre campos, fazendas e um famoso parque (HO, 1966, p. 69; 81). Como no início do novo reinado a capital foi construída em campo aberto e suas muralhas estavam entre as primeiras estruturas a serem erguidas, podemos pensar que as pessoas estavam ocupadas em erguê-las – ou empregavam seu tempo para ampliá-la ou preenchê-la – para poder ocupar as áreas dentro do muro. Por outro lado, temos prova de proibições deliberadas. Uma lei de 932 d.C. proibia a construção de casas em campos de certos distritos. Assim, a composição imperial continha jardins e campos, não só parques de lazer (EBERHARD, 1967, p. 51). A cidade chinesa, até o início dos anos 1920, apresentava um ar rural. Quando um visitante entrava na cidade por um portão menos frequentado, era provável que não visse uma rua apinhada com suas lojas alinhadas, mas campos, mercados ajardinados e lagos com patos (SIRÉN, 1924, p. 4).

A cidade medieval europeia tinha amplos espaços abertos para plantações e criações. Essas áreas podiam existir dentro dos muros, porque a forma característica do muro estava mais para uma estrela-do-mar do que para anéis concêntricos. No centro encontrava-se uma área densamente ocupada, da qual partiam braços radiais de casas ao longo das estradas arteriais que levavam aos portões da cidade. As áreas triangulares criadas entre as estradas radiais eram esparsamente ocupadas até a metade do século XIX. Casas foram edificadas com campos e hortas, formando enclaves da vida rural dentro da cidade. Em Paris o “Rive Gauche”⁴ da cidade permaneceu como uma expansão semiurbana com videiras, mesmo depois de seu enclausuramento pela muralha de Felipe Augusto em 1200 (SAALMAN, 1968, p. 24-25; 40).

As cidades medievais alemãs tinham videiras, plantações de cereja, hortas e jardins. Além dessas áreas onde se produziam os alimentos, havia ruas sujas com as casas dos fazendeiros alinhadas, atrás das quais ficavam imponentes montes de estrume. D. C. Munro e G. C. Sellery, adaptando o trabalho de Karl Lamprecht, escrevem:

Muitas cidades possuíam grandes extensões dedicadas à agricultura. Em Coblença, na segunda metade do século XIII, o trabalho nas muralhas da cidade podia prosseguir até o entardecer, devido à falta de trabalhadores; em Frankfurt, no ano de 1387, a cidade empregava quatro pastores e seis guardas de campo; inclusive no século XV, uma lei foi decretada proibindo que os porcos corresse pelas ruas da cidade. Mesmo nas grandes cidades temos muitas indicações de que uma grande parcela da população estava envolvida com a agricultura. A criação de gado e a horticultura eram atividades tão comuns como a manufatura e o comércio; de fato, essas atividades tinham sua localização própria no campo antes dos portões, assim como em partes da cidade próximas às muralhas. (MUNRO; SELLERY, 1910, p. 362-363)⁵

⁴ N. T.: O lado esquerdo do rio Sena.

⁵ Traduzido e adaptado de Lamprecht (1896).

A cidade: sua distância da natureza

Yi-Fu Tuan

A Londres de Shakespeare ocupava uma área de uma milha quadrada, onde moravam provavelmente 100 mil pessoas. Era uma aprazível cidade campestre com muitos jardins e grandes campos verdes próximos das ruas mais frequentadas. Pássaros cantando proporcionavam um fundo sonoro agradável e natural, flores silvestres poderiam ser colhidas por quaisquer pessoas que andassem cerca de vinte minutos. A natureza estava perto o bastante para qualquer londrino ver (BRETT-JAMES, 1935, p. 27-28). Ao final do século XVIII, Paris possuía muitos moradores permanentes que estavam ocupados em atividades campestres como a jardinagem e a criação de coelhos. “Na Paris revolucionária”, escreveu Richard Cobb, “galinhas eram tão de estimação quanto os canários dos andares mais altos, quedas de vasos de plantas das janelas eram frequentemente reportadas ao *commissaire*, e as ruas estavam repletas dos tipos mais rústicos de animais” (COBB, 1970, p. 223).

Certas intrusões do campo na cidade não eram tão surpreendentes. Presumimos que a agricultura representasse um papel importante na cidade antes da Revolução Industrial. Mas e sobre as cidades do século XIX? A partir das obras dos reformadores e romancistas ingleses (especialmente Charles Dickens), passamos a ter uma imagem de espraiamento, apinhada de reservas de caça, metade enterrada no lixo industrial, onde não havia indícios de atividade rural. Essa popular imagem urbana parece ser enganosa. H. J. Dyos e Michael Wolff escrevem:

No século XIX nenhuma cidade inglesa tinha cortado suas conexões rurais. A maioria delas ainda realizava extensiva agricultura de quintais, não meramente meia dúzia de galinhas num cercado de caixas de sabão, mas estábulos para ovelhas, cercados de pedra, chiqueiros, dentro e fora dos jardins, das residências e das ruas, onde quer que essa rudimentar

agropecuária manufatora encontrasse espaço para se instalar. (DYOS; WOLFF, 1973, p. 899)

Até agora considere a agricultura como sendo praticada em larga escala na cidade. Retornando agora, brevemente, ao jardim, na sua história podemos delineá-lo como um tema urbano, como a atenuação da natureza e das ocupações sustentadas por ela. O jardim é um artifício, mas o grau desse artifício pode variar, dependendo do tema ser utilitário, decorativo, ou uma mistura dos dois.

No Egito antigo (cerca de 1400 a.C.), o valor da terra na área central da cidade impedia a implantação de grandes jardins. Ocasionalmente, árvores frutíferas, como tamareiras, eram plantadas ao lado das residências. A importância do jardim na vida egípcia é demonstrada pelo fato de serem encontrados ao lado de todo o tipo de estruturas – palácios, templos, capelas e casas de campo. Formal nos arranjos, um jardim egípcio continha hortas, árvores frutíferas e plantas decorativas. (BADAWY, 1968, p. 488-490)

As cidades gregas antigas tinham hortas e jardins? Temos poucas evidências disso. Sabemos que os atenienses, orgulhosos das funções públicas que exerciam na cidade, tinham conhecimento íntimo da agricultura. Eles sabiam sobre agricultura por experiência: em 400 a.C., três quartos da população tinha fazendas na Ática (MUNFORD, 1961, p. 128).⁶ Festivais religiosos também mostravam como os gregos estavam profundamente envolvidos com o ritmo sazonal das plantas e da vida animal. Os jarros de flores tiveram sua origem na Grécia. As mulheres plantavam sementes de alface, funcho, trigo ou cevada em vasos de cerâmica para o festival de Adônis. Os potes de flores decoravam as estátuas de Adônis e eram colocados nas cumeeiras das casas durante o período deste festival de verão. Do simbolismo

⁶ Autorizado por Visser (1947).

religioso para exibir outros tipos de plantas por conta de sua beleza decorativa foi só um pequeno passo (BERRALL, 1966, p. 32).⁷

Jardineiros da Roma antiga não distinguiram entre uma plantação de uso cotidiano e a ornamental. Rosas e violetas cresciam lado a lado com alhos-porros. Até Plínio, o Jovem (62 d.C.–cerca de 113 d.C.), não temos notícias de qualquer separação (WRIGHT, 1963, p. 81). No primeiro século depois de Cristo, romanos ricos tinham vilas suntuosas no campo. Como os cidadãos comuns estabeleciam contato com a natureza na capital superpovoada? Parques públicos davam um alívio temporário. Nas residências multifamiliares de aluguel, que eram o tipo mais comum de habitação em Roma, as pessoas podiam, no máximo, colocar jarros de flores nas janelas e plantas nos balcões (CARCOPINO, 1940, p. 81).⁸

Algum tempo antes de 1183, William Fitzstephen descreveu Londres como a cidade dos jardins: “plantados com árvores, espaçosos e bonitos, contíguos uns aos outros” (FITZSTEPHEN, 1934, p. 27). O típico jardim medieval londrino tinha duas divisões, uma para ervas e legumes e outra – com flores e árvores frutíferas – para passeios e lazer. Um jardim construído para o desfrute de sua beleza seria uma inovação tardia. De acordo com Richardson Wright, só apareceu “no Continente lá pelo século XV, e na Inglaterra na época da rainha Elizabeth” (WRIGHT, 1963, p. 105)⁹. Nós naturalmente pensamos que apenas os ricos poderiam ter jardins para embelezamento, enquanto o homem comum teria um jardim com fins utilitários, mas um fato interessante é que, no reinado de Elizabeth, londrinos sofisticados se

deleitavam com jardins utilitários. John Gerard publicou seu volumoso fôlio *Herball* em 1597. Ele foi um pioneiro da horticultura. Seu próprio jardim continha não só muitas flores como também plantas mundanas como nabos e alfaces. Ele inclusive introduziu batatas e cana-de-açúcar com sucesso. Após ele, no século XVII, temos uma sucessão de distintos escritores de jardinagem, incluindo Sir Thomas Browne, Andrew Marvell, Abraham Crowley, Sir William Temple e John Evelyn (BRETT-JAMES, 1935, p. 444-446). Londres, cada vez mais, não podia acomodar jardins de qualquer escala – estes desenhos grandes e formais apareceram nos subúrbios e no campo. No entanto, Londres conseguiu manter um ar rústico com suas videiras nos quintais das tabernas e suas árvores frutíferas como macieiras, pessegueiros e figueiras, que floresciam mesmo em alamedas e becos confinados, a despeito da poluição provocada pela queima dos resíduos de carvão mineral (*sea coal*) (BRETT-JAMES, 1935, p. 468-469).

Espaços abertos contraíram-se rapidamente com o crescimento da população urbana nos séculos XVIII e XIX. No início do século XIX, Birmingham viu a necessidade de fornecer lotes para seus cidadãos mais ilustres, tanto dentro como fora da cidade, onde as pessoas (nos fins de semana) mantinham contato com o crescimento de flores e legumes (GILL *et al.*, 1952, p. 123-124). Na Inglaterra, onde o ambiente urbano se deteriorava juntamente com a industrialização, a importância dos lotes ajardinados foi amplamente reconhecida. Na Alemanha, o movimento para criar pequenos espaços agrícolas para proprietários urbanos iniciou-se nos anos 1870. Muitas cidades do Continente, principalmente da Alemanha, são ainda conspicuamente cercadas por fazendas em miniatura (DICKINSON, 1961, p. 259).

E sobre as metrópoles norte-americanas contemporâneas? Suas áreas centrais parecem distantes da natureza. De um ponto alto você não vê nada além de edifícios, ruas e estacionamentos – em Los Angeles,

⁷ Ver também Nilson (1972, p.96).

⁸ Na mesma página Carcopino pressupõe: “Nas mais sufocantes esquinas da grande cidade essas flores acalmam um pouco a saudade do campo que pesa sobre o morador humilde da cidade a partir de uma longa linha de ancestrais camponeses” (CARCOPINO, 1940, p. 81).

⁹ Ver Jarvis (1973).

A cidade: sua distância da natureza
Yi-Fu Tuan

se uma pessoa vê uma árvore, não ficaria surpresa em saber que é de plástico (KRIEGER, 1973). Apesar disso, a necessidade do contato com a natureza não parece ter sido totalmente apagada. Mas um passeio no parque da cidade pode não suprir toda essa necessidade. O contato íntimo com a natureza implica que se trabalhe nela e possivelmente se obtenha algum alimento, e essas oportunidades o parque não provê. A solução de Nova York foi o jardim na cobertura. Nos anos 1950 milhares de nova-iorquinos – alguns ricos, outros pobres – utilizaram seus rastelos e enxadas em miniatura para produzir um jardim na linha do horizonte. O “New York Times” relatou, em 1958, que o mais conhecido agricultor de coberturas era um escritor autônomo especializado em horticultura. Ele tinha mais de 2.000 plantas no décimo segundo andar do número 1394 da Avenida Lexington próximo à Rua 92. Sua plantação incluía figos, bananas, morangos, pêssegos e cerejas. Ele matinha um rico composto de folhas mortas e restos de cozinha (BERGER, 1958).¹⁰

O INVERNO CIVILIZADOR

A cidade, como um abrigo, protege os seres humanos dos caprichos da natureza. Nos trópicos a necessidade desse tipo de proteção é mínima; assim como nas médias e nas altas latitudes durante o verão. O verão permite que as pessoas sejam naturais: é o período do ano em que as pessoas podem trabalhar ou se divertir nos campos. O inverno as traz de volta para uma sociedade urbana – para o ambiente construído e o mundo do artifício. A cidade volta ao seu normal no inverno, quando seu lado rural permanece adormecido e bucólico. A cidade consegue no mínimo prover-se da comida estocada para uma estação ruim; ao mesmo tempo é mais quente e menos exposta aos ventos cortantes que os campos abertos. Na sua melhor forma, a

¹⁰ Reimpresso em Strauss (1968).

cidade combate o frio, a neve e as longas noites escuras, ao se tornar um deslumbrante mundo mágico de cultura e entretenimento.

A cidade tem suas estações, que são opostas às do calendário de atividades campestres. Na China, durante os primeiros tempos da dinastia Chou (1027–256 a.C.), as regras dos conquistadores organizaram os homens das tribos em quadros de 8 famílias cada. Grupos de pessoas deixavam sua cidade fortificada no início da primavera, trabalhavam e viviam no campo durante o verão, e retornavam à cidade antes do inverno. Wolfram Eberhard escreveu: “Este tipo de assentamento implicava na divisão distinta do ano em duas partes: a vida na cidade durante o inverno e a vida no campo durante o verão”. Cerimônias como do “fogo novo” ou de “levar o fogo para fora” (para o campo), a constante alternância entre o Yin e o Yang na filosofia chinesa e outras coisas refletem essas condições, que podem ser consideradas como um movimento da dualidade para o dualismo. Eberhard notou que a mudança do trabalho e da casa de acordo com as estações não se limitava à China. As tribos seminômades da Ásia Central também praticavam esse estilo de vida. No inverno eles viviam numa cidade murada, mas quando o verão se aproximava eles pegavam suas tendas, subiam para as planuras das montanhas e viviam como nômades. Algumas tribos adotaram a agricultura: no inverno moravam na cidade, mas com o retorno da estação quente se moviam para as colinas, acampando em cabanas simples e cultivando uvas, árvores frutíferas e hortas. Grandes festas marcavam a transição de um estilo de vida para o outro (EBERHARD, 1965, p. 35-36).

Lewis Mumford nos reporta que as cidades gregas, no período de sua formação, nunca perderam sua conexão com o campo e os vilarejos. Havia, ele disse, “uma maré movendo-se para dentro e para fora da cidade com as estações” (MUNFORD, 1961, p. 128). A prolongada guerra do Peloponeso (431–404 a.C.) interrompeu esse movimento

A cidade: sua distância da natureza Yi-Fu Tuan

pendular. Muitos homens do campo abrigaram-se nas cidades cercadas por muros e ficaram completamente amargos, nostálgicos de suas fazendas (BUTCHER, 1893, p. 257). No primeiro século depois de Cristo, as funções públicas em Roma desaceleravam no verão. Os tribunais eram fechados em julho. Muitos romanos tinham duas casas, uma na cidade e, no subúrbio, uma vila. Eles viviam na cidade no inverno, descansavam nos subúrbios na primavera e no outono e procuravam as amenidades da costa marinha quando o verão se tornava insuportável (FRIEDLÄNDER, 1965, p. 193).

Movimentos sazonais deste tipo eram, e ainda são, prática comum para cidadãos afluentes. Na Florença renascentista um cidadão bem-sucedido tinha uma casa na cidade, uma loja onde trabalhava e uma vila ou fazenda nos subúrbios. Numerosas casas de campo e vilas cercavam Florença. Um comerciante próspero podia ter uma propriedade além dos muros da cidade, que fornecia verduras, vinho, óleo, forragem e madeira. Dependendo da época do ano, ele poderia ser um homem sofisticado ou um fazendeiro dedicado (LUCAS-DUBRETON, 1960, p. 95). A característica e o tempo das atividades nas ruas e praças florentinas, nas *loggias* e edifícios públicos, mudavam com as estações. O inverno poderia ser muito frio e sombrio. Os cidadãos permaneciam dentro de casa sempre que possível. Em contrapartida, o fervor religioso era particularmente intenso entre o Natal e o Epifania e durante o período da Quaresma. A cidade desafiava o inverno e voltava à vida em resposta aos eventos religiosos, que eram uma espécie de teatro. Gene A. Bruckner observou “milhares de congregados na catedral toda noite, durante a Quaresma, para ouvir os sermões de pregadores famosos, que eram contratados pela comuna para a estação. Cada feriado religioso era caracterizado por uma cerimônia pública da qual o clero e os laicos participavam” (BRUCKNER, 1969, p. 44). A

primavera era a época mais viva da Florença renascentista, como ainda hoje: comerciantes ficavam ansiosos para fazer negócios, peregrinos seguiam para Roma, vagabundos e batedores de carteira apareciam, atraídos pela multidão. O meio do verão, no entanto, era uma estação morta. O calor infernal e o cheiro nauseante da cidade se tornavam insuportáveis. Desde o século XIV, os patrícios florentinos fugiam todo o verão para suas casas de campo, e só retornavam para seus palácios urbanos no final de setembro ou em outubro (BRUCKNER, 1969, p. 43).

Fermeture annuelle (fechamento anual). Para os turistas famintos que enxameiam sobre Paris em agosto, algumas placas são intimidadoras e malvindas. Paris, como muitos outros centros metropolitanos, é abandonada pelos seus nativos de posses no verão. A vida cultural desacelera ou tende a oferecer tarifas baratas, proporcionais ao ânimo da temporada e com o sabor pouco sofisticado dos rudes visitantes. A “Saturday Review”, em um número especial intitulado “Cidades no Inverno”, enfoca a metrópole como um artifício – uma criação humana que é mais vital quando a própria natureza adormece. Como Horace Sutton fala no editorial:

A cidade floresce com os primeiros ventos frios. As florestas urbanas são o fenômeno inverso às árvores e flores. Ela surge como plumagem quando o inverno chega. É para ela, então, entre os flocos de neve e rajadas de vento, que os clientes se apressam, para as lojas que se abrem em bazares iluminados. [...] As cidades no inverno são alimentadas pela calidez do café, agasalhadas pela bolha expectante das plateias antes da abertura das cortinas. Museus brotam efervescentemente em flor. Civilizações antigas arrastam-se pelos armazéns e sobem para as galerias como fragmentos de clãs longínquos convocados para uma convenção por tambores tribais ouvidos apenas por seus membros. (SUTTON, 1977, p. 11)

A cidade: sua distância da natureza
Yi-Fu Tuan

Na mesma matéria dessa revista outros escritores oferecem vinhetas sobre cidades selecionadas. Sob determinados aspectos essas vinhetas são meros calendários de eventos culturais; por outro lado, elas nos lembram de um fato facilmente observável – que a vida cultural e a imaginação humana podem voar alto quando os prazeres da natureza estão ausentes. “Moscovitas”, observa Leona Schecter, “ficam inquietos no fim do outono, antes do inverno chegar. Eles dizem que se sentem melhor quando o frio chega verdadeiramente, o frio glacial que limpa o ar dos vapores e dos vírus perigosos”. O inverno é a estação para frequentar teatros, o Bolshoi, grandes produções de ópera e performances de balé no Palácio dos Congressos do Kremlin. Mas talvez seja na modesta arte de cozinhar que reconhecemos o triunfo da habilidade humana sobre a natureza. Qual é o melhor período para apreciar a pesada cozinha russa? O inverno! “Sair do frio cortante para o Aragvi, um dos melhores restaurantes de Moscou, um gole de vodka gelada [...] aquece o sangue. O garçom aproxima-se de cada pessoa com uma tábua de fatias quentes de pão Georgiano, enroladas em damasco, podemos pegá-las e aquecer nossas mãos, ao mesmo tempo em que passamos manteiga, que rapidamente penetra a casca” (SCHECTER, 1977, p. 14).

Em fazendas isoladas e pequenas cidades subtropicais, o inverno é um estado de sítio de onde as pessoas esperam pela libertação da primavera. Não em metrópoles movimentadas. Na cidade de Nova Iorque, diz Richard Eder,

“Não é na primavera que as pessoas pensam consigo mesmas: ‘Bem, estamos entrando em um novo ano’. Isso ocorre no final do outono quando o ar fica extremamente limpo e subitamente sentimos o aroma de castanhas assadas próximo à catedral de São Patrício. A cidade é oposta à natureza: o frio, não o calor, a conduz para a vida.

É durante o outono e o inverno que o sentido de renovação está mais aguçado. Olhe para quem nasceu em Nova Iorque. O Soho, bairro de *lofts* próximo ao Greenwich Village tornou-se, todo ele, um novo centro cultural, com galerias de arte, teatros de vanguarda e rústicos bares chiques que servem hambúrguer. As, antes deprimentes, ruas secundárias da primeira e segunda avenidas são agora as mais alegres e atrativas da cidade. Até Hell’s Kitchen, desagradável ainda aos olhares, começa a apresentar sinais de polidez aqui e acolá. Nova Iorque se regenera. (EDER, 1977, p. 25)¹¹

A NOITE CONQUISTADA

É comum percebermos como tipos primordiais de caos o deserto, o desperdício de água e a escuridão. Destes três tipos, a imposição de uma ordem espacial ao deserto era o mais fácil de realizar: muros que cercam o assentamento e definem o espaço humanizado surgiram entre oito ou nove mil anos atrás. A conquista da água demorou mais tempo para ocorrer: a drenagem de pântanos e brejos apresentava problemas técnicos que só foram resolvidos no período histórico. A escuridão provou ser o maior desafio da natureza para a capacidade humana. Velas e lamparinas, já em uso quando as pirâmides foram construídas, continuaram sendo a forma mais comum de iluminação até o século XIX. Esses dispositivos primitivos iluminavam debilmente os caminhos à noite. A conquista da escuridão só ocorreu com a introdução da iluminação a gás no século XIX. Mas somente com o largo emprego da eletricidade no século XX é que podemos dizer – em algumas cidades – que o dia engoliu a noite e que os seres humanos aprenderam restringir o ritmo fundamental da natureza.

A cidade se tornou progressivamente artificial ao ignorar a distinção entre o dia e a noite. Hoje em dia, podemos quase identificar a “vida

¹¹ Condensei os parágrafos de Eder.

A cidade: sua distância da natureza

Yi-Fu Tuan

na cidade” com a “vida noturna”. A qualidade da vida noturna de uma cidade é a medida de sua sofisticação. É fácil esquecer que apesar da cidade ter raízes antigas, seu brilho noturno é recente. Leo Oppenheim descreve o “ruído ocupado do homem” na cidade sumeriana, e acrescenta: “certamente os ruídos e os movimentos diurnos da cidade eram efetivamente contrastados pelos poetas com as noites silenciosas de céu estrelado, vistas atrás dos portões fechados. Somente o observador noturno faz as suas rondas” (OPPENHEIM, 1974, p. 142). Na Roma imperial, a cidade vasta e esplêndida aceitava o ritmo do dia e da noite como qualquer cidade provinciana. Jérôme Carcopino escreveu:

[Um fato] muito marcante distinguia a Roma imperial das cidades contemporâneas: quando não havia lua suas ruas mergulhavam numa escuridão impenetrável. Nenhuma lamparina a óleo as iluminava, nenhuma vela era fixada a um muro; nenhuma lanterna era colocada sobre a verga das portas, salvo em ocasiões festivas... Nos dias normais a noite caía sobre a cidade como a sombra de um grande perigo, difusa, sinistra e ameaçadora. Todos fugiam para casa, fechando-se lá dentro, e colocando barricadas na entrada. As lojas silenciavam, correntes de segurança eram colocadas transversalmente atrás das folhas das portas, as venezianas eram fechadas e os vasos de flores retirados das janelas que adornavam.” (CARCOPINO, 1940, p. 47)

Na China tradicional, assim como na Europa medieval e na América colonial, o toque de recolher era imposto nas cidades quando chegava a escuridão. O toque de recolher protegia os cidadãos das ameaças do fogo e dos estranhos. Apesar de ficarmos impressionados com as imagens da vida apressada da cidade pré-industrial, devemos lembrar que em muitos exemplos as atividades, tanto públicas quanto privadas, cessavam com o toque de recolher. A noite pertence ao relógio biológico e à esfera privada. Era a época de recuperação e

do entretenimento na privacidade do lar. Isso é verdade até para a Florença renascentista, um lugar associado à arte erudita e à cultura. Ocasões excepcionais permitiam a cidade ter vida à noite. Na China isso incluía grandes celebrações como a do “Ano Novo” e o aniversário do imperador. Na Roma antiga a Festa da Flora era uma atividade noturna e tinha uma espetacular sessão de iluminação (FRIEDLÄNDER, 1968, p.13). Vestígios demonstram que essa iluminação ocorria de modo regular. Por exemplo, Antioquia, no século IV d.C., era iluminada intensamente à noite, todavia a iluminação de ruas devia ser rara, pois eles tinham orgulho disso (JONES, 1950, p. 214). Na China, Hang-Chou vangloriava-se da vigorosa vida noturna ao longo da congestionada via imperial, isso antes dos mongóis invadirem a capital Sung, em 1276. Os mongóis acabaram com o orgulho e com o brilho de Hang-Chou impondo um estrito toque de recolher (GERNET, 1962, p. 36).

Ainda que algumas cidades pré-modernas tentassem estender o dia para a noite, eram uma exceção. A regra era viver sob o sol. Paris, no século XVI, não podia nem sonhar em se tornar a “cidade das luzes”. Esforços para persuadir os parisienses, que viviam em porões, de deixar velas nas janelas nas primeiras horas da noite não foram bem-sucedidos. O primeiro ímpeto por uma iluminação eficiente ocorreu em 1667, quando Gabriel Nicolas de la Reynie – o poderoso tenente da polícia – ordenou que fossem colocadas 6.500 lanternas ao longo das ruas. Ao final do século XVII, velas iluminavam 65 milhas das ruas da cidade nos meses do inverno (BERNARD, 1970, p. 162-166). Como em Londres, onde um ato do Parlamento, de 1662, determinava que todas as casas que ficassem fronteiras à rua colocassem uma vela longa o bastante para que queimasse até as 9h da noite. Em 1716 as horas de iluminação foram estendidas até às 11h da noite entre Michaelmas e Lady Day. A iluminação melhorou, mas Londres ainda continuava sem lamparinas ou lanternas por 247 noites no ano; mais ainda, depois das

A cidade: sua distância da natureza

Yi-Fu Tuan

23h pairava sobre as ruas um sombrio ar noturno. As lamparinas eram tão fracas que o seu brilho mal varava a escuridão; e as pessoas que se aventuravam à noite, seja a pé ou de carruagem, ainda tinham que ser guiadas por um *linkboy* (BESSANT, 1903, p. 91-93).

Mais do que o frio, as longas horas de escuridão do inverno eram vistas como uma ameaça à vida civilizada. Na metade do século XVII, várias cidades europeias – inclusive Paris, Viena, Amsterdam e Hamburgo – procuraram iluminar suas ruas com velas ou lamparinas a óleo com o propósito de desencorajar o crime e a desordem social (O’DEA, 1958, p. 98). Mas a iluminação eficaz só veio com o gás, que apareceu nas ruas de Londres por volta de 1807. A iluminação a gás se difundiu rapidamente na Europa e nos EUA, mas não sem algum esforço. Um argumento contra a melhoria na iluminação foi de que pessoas de mau-caráter precisavam de luz para exercer suas atividades. Cidadãos precavidos em Birmingham não queriam experimentar a nova iluminação; eles acreditavam que o número de crimes era inferior ao de Londres porque sua cidade era muito mais escura (GILL *et al.*, 1952, p. 157). Em 1816, um jornal de Colônia se opôs à iluminação a gás expondo vários motivos, dentre eles o de que, sem o medo da escuridão, o alcoolismo e a depravação aumentariam. Mais ainda, que a iluminação a gás transgredia as leis de Deus e da Natureza: “a iluminação artificial é um modo de interferir no plano Divino para o mundo, que predeterminou a escuridão durante a noite” (LUCKIESH, 1920, p. 158).

A cidade oferece entretenimento e cultura erudita; ela estimula os sentidos e amplia a consciência de um modo que o campo não pode fazer. Temos um bom conhecimento do amor nutrido pelos antigos gregos ao teatro, e da paixão do povo romano pelos *shows* espetaculares. A que horas esses eventos ocorriam? Com poucas exceções, eles ocorriam durante o dia ou em noites de luar. A cultura,

como todo o resto, submetia-se aos ciclos da natureza. Na época medieval, performances religiosas começavam às 4h da manhã. No final da Idade Média, performances de cerimônias religiosas podiam começar às 4h30 da manhã. Muitas apresentações tinham seções sucessivas às tardes. Na Espanha, durante o séc. XVI e XVII, as performances eram obrigatoriamente encerradas ao menos uma hora antes da noite cair, ou seja, no outono e no inverno as apresentações deveriam terminar às duas horas da tarde. A progressiva extensão do dia para noite pode ser bem ilustrada com a mudança no horário de início dos espetáculos no teatro inglês. No período de restauração era às 15h ou 15h30; em 1700 mudou para 16h ou 17h; entre 1700 e 1710, o horário variava de 17h para 17h30 ou 18h; depois de 1710 era usual às 18h; e na última metade do século XVIII, iniciava-se às 18h15 ou 18h30 (BROCKETT; HILDY, 1977, p. 201; 297).

A eletricidade tornou possível a conquista da noite pelas pessoas, se assim o quisessem. Atividades públicas não eram mais dependentes do sol. O crepúsculo não anunciava uma retirada, mas uma nova explosão de atividades nos bulevares abundantemente iluminados e nas “grandes vias brancas”. Alguma cidade pode clamar por *glamour* cosmopolita e superioridade sem uma vigorosa vida noturna? Foi assim que Elizabeth Hardwick caracterizou Boston nos anos 1950:

Em Boston há uma ausência absoluta da beleza elétrica selvagem de Nova Iorque, da maravilhosa excitação das pessoas no horário do *rush* em táxis no crepúsculo, das grandes avenidas e ruas, dos restaurantes, teatros, bares, hotéis, delicatessens e lojas. Em Boston a noite chega com um peso incrível, característica de cidade pequena. As vacas vão para casa; as galinhas para o poleiro; o prado é escuro. Rapidamente todo bostoniano estará em sua própria casa ou na de outra pessoa, jantando em sua cozinha, gozando da privacidade doméstica e social. “A agradável festinha do jantar – por isso qualquer bostoniano venderia a sua alma.” (HARDWICK, 1962, p. 150)

Boston, em 1950, não tinha *glamour*. A raiz dessa palavra é “mágica”. Uma metrópole moderna, ainda que tenha pouco brilho durante o dia, é transformada pelo mero aperto de botões num mundo desavergonhado de luzes brilhantes quando chega a escuridão. As pessoas, também, trocam sua personalidade cotidiana por máscaras extravagantes. Nos cinemas e nos teatros, a incipiente vida cotidiana é deixada de lado em função da claridade da tela ou do palco. A vida noturna parece artificial. Quando acaba a luz do dia, também acaba a consciência humana. Nos grandes centros metropolitanos esse ritmo natural é interrompido pela cultura erudita, e ainda mais pelo clima boêmio e por essa sociedade marginal que sustenta salas de projeção que funcionam ininterruptamente, saunas e livrarias pornô. Devemos lembrar, no entanto, que apenas uma pequena fração das pessoas da metrópole são verdadeiramente noturnas. A maioria dos cidadãos, principalmente os trabalhadores que precisam acordar cedo, organiza sua vida mais ou menos de acordo com o curso do sol; e ao conseguirem isto se sentem virtuosos.

ESCALA E VALOR

Nos romances, assim como na literatura social científica, persiste a tendência de polarizar “cidade” e “campo”. No lugar dessas categorias polarizadas, sugiro uma escala, na qual em uma das extremidades se encontra a forma de viver perto da natureza. A “cidade”, no entanto, é um termo amplo que cobre uma sucessão de tipos sociais e físicos que ocupam diferentes posições ao longo da escala. Estudos sociológicos mostram que as relações humanas em comunidades rurais tendem a se restringir a vizinhos e familiares; em contraste, em uma grande metrópole as pessoas vivem em um “mundo de

estranhos”. O reconhecimento de uma escala nos força a observar estados intermediários entre esses extremos. Neste texto optei pelo critério físico mais do que pelo sociológico.¹² A cidade é classificada de acordo com seu grau de afastamento da produção de alimento e dos ritmos naturais da vida.

A questão do valor é colocada em suspenso. É bom viver em um mundo cada vez mais artificial? A conquista da natureza, mesmo na sociedade mais avançada tecnologicamente, pode ser tênue: no inverno os cidadãos de Minneapolis podem ficar profundamente conscientes do que uma crise de combustível pode significar; e duas vezes nos últimos 12 anos (em 9 de novembro de 1965 e em 13 de julho de 1977), milhões de nova-iorquinos puderam olhar como sua cidade fica quando falta luz em suas casas ou nas ruas, por causa de apagões. No âmbito da escala que propus, as cidades modernas estão tão distantes da natureza quanto do passado, mas é necessário adicionar dois pontos específicos a esse fato geral. Um é o de que mesmo na metrópole mais sofisticada dos tempos modernos somente uma pequena parte dos cidadãos ultrapassa o limite artifício: para aqueles que estão dormindo em suas casas uma queda de energia à noite é registrada apenas pelos relógios eletrônicos, mas para aqueles que perambulam pela Broadway, aproveitando as luzes, uma queda de luz pode parecer o fim do mundo. O outro ponto é que o mero uso da escala e do método comparativo não implica em uma evolução progressiva: as pessoas não são obrigadas a se submeter à noite e ou a transpirar em quartos superaquecidos no inverno. É uma ilusão pensar que cidades necessariamente se desenvolvem para um estado em que rompem as amarras com a natureza para um outro, o da Times Square de Nova Iorque ou da Nova Jerusalém de São João, mineralizada e bem

¹² Discussões sobre o contínuo rural-urbano seguem mais a linha sociológica que a ambiental, sendo esta última que enfatizo aqui. Ver Lewis; Hauser (1965).

A cidade: sua distância da natureza
Yi-Fu Tuan

iluminada, destituída da alegre natureza inconsciente e beneficente da noite. ☉

REFERÊNCIAS

BADAWY, Alexander. **A history of Egyptian architecture**, 3 vol. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1968, v. 3. 548p.

BALAZS, Etienne. **Chinese Civilization and Bureaucracy**: Variations on a Theme. New Haven: Yale University Press, 1967. 336p.

BERGER, Meyer. Rooftop Gardeners Bring Forth Blossoms High Above a City of Stone and Steel. **The New York Times**, Nova York, 23 abr. 1958.

BERNARD, Leon. **The Emerging City**: Paris in the Age of Louis XIV. Durham: Duke University Press, 1970. 326p.

BERRALL, Julia S. **The Garden**: An Illustrated History. Nova York: Viking Press, 1966.

BESSANT, Walter. **London in the Eighteenth Century**. Londres: Adam & Charles Black, 1903. 879p.

BRETT-JAMES, Norman G. **The Growth of Stuart London**. Londres: George Allen & Unwin, 1935. 556p.

BROCKETT, Oscar G.; HILDY, Franklin J. **History of the Theatre**. Boston: Allyn and Bacon, 3ª ed, 1977. 688p.

BRUCKNER, Gene A. **Renaissance Florence**. Nova York: John Wiley, 1969.

BUTCHER, Samuel H. **Some Aspects of the Greek Genius**. Londres: Macmillan, 1893. 321p.

CARCOPINO, Jérôme. **Daily Life in Ancient Rome**: The People and the City at the Height of the Empire. New Haven: Yale University Press, 1940. 368p.

COBB, Richard. **The Police and the People**: French Popular Protest, 1789-1820. Londres: Oxford University Press, 1970. 416p.

DICKINSON, Robert E. **The West European City**: A Geographical Interpretation. Londres: Routledge; Kegan Paul, 2ª ed., 1961.

DYOS, Harold J.; WOLFF, Michael. The Way We Live Now. In: DYOS, H. J.; WOLFF, M. (Ed.) **The Victorian City**: Images and Realities, 2 vol. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1973, v. 2. p. 893-907.

EBERHARD, Wolfram. **Conquerors and Rulers**: Social Forces in Medieval China. Leiden: E. J. Brill, 1965. 129p.

_____. **Settlement and Social Change in Asia**. Hong Kong: Hong Kong University Press, 1967. 492p.

EDER, Richard. New York. **The Saturday Review**, New Haven, 8 jan. 1977. p. 25-28.

FITZSTEPHEN, Willian. A Description of London. In: STENTON, F. M. (Ed.) **Norman London an Essay**. Historical Association leaflets, Londres, n. 93-94, 1934. p. 26-32.

FRIEDLÄNDER, Ludwig. **Roman Life and Manners Under the Early Empire**, 4 vol. (Trad. Leonard A. Magnus) Nova York: Barnes & Noble, v. 2, 1968. 365p.

GARDNER, Helen. **Religion and Literature**. Londres: Faber and Faber, London, 1971. 194p.

GERNET, Jacques. **Daily Life in China on the Eve of the Mongol Invasion, 1250-1276**. Londres: George Allen & Unwin, 1962. 254p.

GILL, Conrad; BRIGGS, Asa; SUTCLIFFE, Anthony; SMITH, Roger J. **History of Birmingham**, 2 vol. Londres: Oxford University Press, 1952, v. 1. 838p.

HARDWICK, Elizabeth. **A View of My Own**: Essays on Literature and Society. Nova York: Noonday Press, 1962. 214p.

A cidade: sua distância da natureza
Yi-Fu Tuan

HO, Ping-ti. Lo-yang, A.D. 495-534: A Study of Physical and Socio-Economic Planning of a Metropolitan Area. **Harvard Journal of Asiatic Studies**, v. 26, 1966, p. 52-101.

JARVIS, P. J. North America Plants and Horticultural Innovation in England, 1550-1700. **Geographical Review**, Washington, v. 63, 1973, p. 492-499.

JONES, Arnold H. M. **The Greek City from Alexander to Justinian**. Oxford: Clarendon Press, 1950. 404p.

KRIEGER, Martin H. What's Wrong with Plastic Trees?: Rationales for preserving rare natural environments involve economic, societal, and political factors. **Science Magazine**, Washington, v. 179, n. 4072, p. 446-455, 1973.

LAMPRECHT, Karl. **Deutsche Geschichte**. Berlim: R. Gaertners, 1896, v. 4, p. 211-217.

LEWIS, Oscar; HAUSER, Philip M. The Folk-Urban Ideal Types. In: HAUSER, P. M.; SCHNORE L. F. (Ed.) **The Study of Urbanization**. Nova York: John Wiley, 1965. p. 491-517.

LUCAS-DUBRETON, Jean. **Daily Life in Florence in the Time of the Medici**. (Coleção Daily Life) Londres: George Allen & Unwin, 1960. 324p.

LUCKIESH, Matthew. **Artificial Light: Its Influence Upon Civilization**. Nova York: The Century Co., 1920. 366p.

MUNFORD, Lewis. **The City in History: Its Origins, Its Transformations, and Its Prospects**. Nova York: Harcourt, Brace & World, 1961. 657p.

MUNRO, Dana C.; SELLERY, George C. (Ed.) **Medieval Civilization**. Nova York: Century Co., 1910. 594p.

NILSSON, Martin P. Greek Folk Religion. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1972.

O'DEA, William T. **The Social History of Lighting**. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1958. 253p.

OPPENHEIM, A. Leo. **Ancient Mesopotamia: Portrait of a Dead Civilization**. Chicago: University of Chicago Press, 1974. 445p.

SAALMAN, Howard. **Medieval Cities**. Nova York: George Braziller, 1968. 127p.

SCHECTER, Leona. Moscow. **The Saturday Review**, New Haven, 8 jan. 1977. p. 13-15.

SIRÉN, Osvald. **The Walls and Gates of Peking: Researches and Impressions**. Londres: John Lane, 1924. 374p.

STRAUSS, Anselm. **The American City: A Sourcebook of Urban Imagery**. Chicago: Aldine Publishing Co., 1968. p. 385-386.

SUTTON, Horace. Cities in Winter [Introdução]. **The Saturday Review**, New Haven, 8 jan. 1977. p. 11.

TENNYSON, G. B. Etymology and Meaning. In: SUGERMAN, Shyrley. (Ed.) **Evolution of Consciousness**. Middletown: Wesleyan University Press, 1976. p. 168-182.

VISSER, Elizabeth. **Polis en Stadt**. Amsterdã: Swets & Zeitlinger, 1947.

WRIGHT, Richardson L. **The Story of Gardening: From the Hanging Gardens of Babylon to the Hanging Gardens of New York**. Nova York: Dover Publications, 1963. 475p.

Submetido em Setembro de 2012.

Aceito em Novembro 2012.